



HAL
open science

História Pública e práticas pedagógicas: experiências transformadoras no projeto História em Quarentena

Natália Guerellus, Mélanie Toulhoat

► To cite this version:

Natália Guerellus, Mélanie Toulhoat. História Pública e práticas pedagógicas: experiências transformadoras no projeto História em Quarentena. Tempos remotos: ensino de História e a pandemia de Covid-19, Paco Editorial, 2021, 9786558406877. hal-04437748

HAL Id: hal-04437748

<https://hal.science/hal-04437748v1>

Submitted on 4 Feb 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

**História Pública e práticas pedagógicas:
experiências transformadoras no projeto História em Quarentena**

Natalia Guerellus e Mélanie Toulhoat

Introdução: como surgiu o História em Quarentena?

O contexto de afastamento físico, muito marcante no Brasil no começo da pandemia e próprio a determinadas classes sociais e setores profissionais, trouxe como uma de suas mais visíveis consequências no campo da educação - para além da própria crise sanitária, de crises econômicas e políticas- a instauração e a generalização do ensino remoto. Professores dos diferentes níveis escolares, do ensino primário ao ensino superior, viram-se incentivados, e mesmo obrigados, a aprenderem a utilizar as plataformas de ensino a distância, geralmente sem formação prévia.

Boa parte do campo profissional da História no ensino superior, constituído por profissionais que assumem a função dupla de professores e pesquisadores, teve que enfrentar o desafio de ocupar novas mídias, redes sociais e alcançar novas parcelas de uma esfera pública consideravelmente modificada pela pandemia. Em parte baseado no desdém, na ignorância ou até mesmo, poderíamos dizer, na fleuma em arriscar novas tecnologias, o afastamento inicial da profissão em relação ao digital - que pode tornar-se uma ferramenta muito útil de divulgação científica -, acabou sendo levemente reconfigurado.

Neste contexto de crise e de grandes mudanças no cotidiano, principalmente da classe média brasileira, para quem foi possível trabalhar de casa, surgiu o projeto “História em Quarentena” (HQ), um projeto em História Pública voltado, a princípio, para a divulgação científica, e iniciado no começo da pandemia mundial no dia 23 de março de 2020.

O programa pôde, ao longo de suas 20 semanas de atuação, agregar mais de 200 colaboradores de diversas áreas (história, sociologia, antropologia, atores, cineastas, ativistas, professores do ensino básico, mestres de capoeira, quadrinistas, políticos etc), originários de países diferentes, produzindo um total de 104 vídeos, transformados em seguida em Podcast e disponíveis gratuitamente em diversas plataformas. Cabe dizer ainda que todo trabalho foi realizado de forma voluntária, tanto no que tange à organização, quanto à participação das convidadas e convidados, tendo sido pago apenas o domínio do site <https://www.historiaemquarentena.com/> através de financiamento coletivo (crowdfunding).

Do ponto de vista metodológico, o programa, voltado em sua gênese para a divulgação científica em torno de temas importantes para a sociedade brasileira contemporânea, acabou por se transformar pragmaticamente em uma experiência digital inovadora e desafiadora. Esta transformação, a ser problematizada no presente texto, deu-se pelas próprias atuações dos colaboradores, dos comentários e críticas dos visualizadores e das reflexões teóricas realizadas entre os organizadores.

Este artigo pretende, assim, refletir, a partir da experiência do HQ entre 23 de março de 2020 e 16 de agosto de 2020, sobre quais ações inovadoras podem surgir para o ensino e a pesquisa histórica no contexto atual, tendo como aportes teóricos o desenvolvimento impactante da História Pública brasileira nas últimas décadas, conceitos do domínio da Pedagogia e da Educação popular, e definições como “editorialização”, “curadoria”, “passado prático”, “interseccionalidade”. Utilizam-se como fontes não só a produção do programa, mas igualmente dados de sua recepção, através de comentários online e do questionário¹ realizado com 250 inscritos no canal Facebook do HQ.

I. Direto ao ponto: a prática histórica face a temas polêmicos

Nesta primeira parte problematizamos, ao mesmo tempo, as discussões teóricas que mapearam a evolução do projeto “História em Quarentena” naquilo que tange a prática do historiador, e o exemplo de dois conteúdos que mais polêmica criaram na redes sociais ao longo do programa: a ditadura militar, de um lado, e feminismos e estudos de gênero, de outro. Procuramos, a partir desta experiência, repensar a prática histórica em torno de reflexões sobre editorialização, curadoria, passado prático e interseccionalidade, com vistas a trabalhos futuros, em sala de aula ou nas redes.

A) Ditadura militar

Apesar da diversidade proposta pelo HQ, em torno de temáticas como arte e cultura, epidemias na história, meio ambiente, questões raciais, feminismos e estudos de gênero, fake

¹ Ao final do programa foi lançado um questionário online destinado aos inscritos no canal Facebook. O questionário compreende 10 questões relativas à idade, gênero, nacionalidade, raça, nível de escolaridade, profissão, meio pelo qual conheceu o programa e pelo qual costuma acessá-lo, temáticas prediletas, e um campo para sugestões. Recebemos um total de 250 respostas para as nove primeiras questões e 145 sugestões e comentários, que nos ajudam atualmente a elaborar novos materiais digitais.

news, entre outras, é visível a predominância da discussão sobre o contexto da ditadura militar brasileira e, mais amplamente, acerca de práticas autoritárias na história do Brasil.

A constatação não é fortuita. Além da importância do tema no discurso oficial do atual governo brasileiro, a maior parte dos coordenadores do programa são especializados neste período historiográfico e procuram, na atualidade, lidar com os usos do passado referentes a ele. Assim também, acerca da recepção, dos 250 inscritos que responderam ao questionário do programa, 177 apontaram os temas “autoritarismo” e “mitos da ditadura” como aqueles de maior importância em sua opinião.

A constatação traz inúmeras questões para a prática histórica, tanto em pesquisa, quanto em ensino. Podemos começar refletindo sobre o conceito de “editorialização”, conceito filosófico emergente no interior da ciência da informação e dos estudos literários, e que não deve ser confundido com “o que é relativo ao mundo editorial”, pois aquele é um conceito recente, evocado pela primeira vez em 2004 por Brigitte Guyot e que teve uma importante evolução desde então.

Procurando uma definição mais precisa e atual do termo, Vitali-Rosati argumenta que o mundo digital não consiste em uma simples novidade técnica, mas em um fenômeno cultural em sentido amplo, implicando não haver mais separação entre o mundo digital e o mundo real, pois um passa a incidir no outro. Sendo assim, Vitali-Rosati argumenta que “a editorialização é o conjunto de dinâmicas que constituem o espaço digital e que permitem, a partir desta constituição, a emergência do sentido. Estas dinâmicas são o resultado de forças e de ações diferentes que determinam em retrospectiva a aparição e a identificação de objetos particulares (pessoas, comunidades, algoritmos, plataformas etc.)” (Vitali-Rosati, 2020: §50).

Nesta direção, a editorialização aparece como o conjunto de condições materiais de mediação que determinam a emergência de um mundo. “A editorialização é um acesso ao mundo que se faz com o mundo em si mesmo”. (Idem : §51). E nesta chave que podemos pensar em um provável impacto do programa HQ no cotidiano dos que o assistiram e no dos que o produziram pois, ainda quanto à editorialização, “os atores pressupostos da produção de conteúdos - o autor, por exemplo, ou o editor, ou o leitor - mais do que atores são, na verdade, o produto do processo”. (Idem : §25).

Se tomarmos esta afirmação como verdadeira, podemos refletir sobre um segundo aspecto: pensar de que modo a interação com o digital tem impacto sobre o individual e o coletivo, transformando aqueles que organizam, os que participam e os que assistem a conteúdos disponíveis online. Documentários e séries que se tornaram populares, como “Black Mirror” ou “The Social Dilema” [O Dilema Social], ambos disponíveis na rede

Netflix, demonstram claramente o impacto social, político e psicológico da tecnologia na sociedade contemporânea, mas apontam raramente, e de modo romântico e insuficiente, modos concretos de contornar os efeitos negativos do apagamento de fronteiras entre digital e real.

Um destes efeitos se daria pelos limites da organização coletiva dos sujeitos e de sua atuação no espaço público em um contexto excepcional, como foi o caso durante as medidas de confinamento, onde o cotidiano de muitas pessoas passou a se concentrar predominantemente no espaço digital.

Para o filósofo sul-coreano Byung Chul-Han (2018 : 19), a perspectiva é pessimista, pois a sociedade no mundo digital seria uma sociedade da indignação: “As ondas de indignação são extremamente eficazes na mobilização e aglutinação da atenção. Mas, devido ao seu caráter fluido e à sua volatilidade, não são adequadas para a configuração do discurso público, do espaço público”.

Logo, uma terceira questão se coloca, no amálgama das duas últimas e no que tange a possibilidade de uma nova prática envolvendo o historiador, prática que vai além da pesquisa e do ensino. A possibilidade é apresentada de forma interessante por Valdeci Lopes de Araújo em artigo de 2017, quando, após uma importante reflexão sobre as disputas em torno da narrativa histórica na contemporaneidade, marcadas pelo digital, sugere ao historiador ser capaz de se formar como “curador da história”.

Nesta chave, compreende-se que há, hoje, maior democratização das condições da escrita e apresentação de histórias e que mais e mais pessoas se outorgam o “direito à história” (Araújo, 2017: 207). O historiador curador seria competente em capacitar comunidades a construir digitalmente narrativas coletivas, (re)produzirem ambientes históricos ou visualizações geográficas que aglutinem perspectivas individuais em formas e processos de lembrança². Nesta dinâmica, o que importa não é tanto o produto quanto o processo ativado e múltiplas vozes apropriam-se do passado, favorecidas pelo historiador, sendo que os limites desse favorecimento se dariam com base em três valores incontornáveis: “a pergunta pela verdade do acontecimento, a defesa da democracia e o respeito à diversidade”. (Idem : 213).

Ainda que estes conceitos e teorias não estivessem na origem do programa HQ, os questionamentos que eles provocam aí estavam desde o começo, na emergência de uma

² Em sua definição de “curadoria”, Valdeci Lopes de Araújo inspira-se no trabalho de Neil Silberman e Margaret Purser, no capítulo “Collective memory as affirmation: people-centered cultural heritage in a digital age”, da coletânea *Heritage and Social media: understanding heritage in a participatory culture*, Routledge, 2012.

iniciativa coletiva, no questionamento sobre as fronteiras entre digital e real, na coragem de se lançar enquanto programa de promoção de debates e encontros entre pessoas improváveis, mas em torno de uma mesma temática.

Sendo assim, o projeto HQ, que começou apostando na apresentação de trabalhos de pesquisa de historiadoras e historiadores, individualmente, e em formato de *live*, como num processo de divulgação científica, foi caminhando cada vez mais para o formato de debates e entrevistas, e ampliando o escopo dos participantes para além das historiadoras e dos historiadores.

Em processos dialógicos, evita-se a consulta a material previamente elaborado e os convidados são chamados a, não só falarem de seus trabalhos, mas a emitirem explicitamente sua opinião, ainda que baseados em suas pesquisas. O diálogo revelou-se, assim, a melhor forma de problematização de temas polêmicos, como o da ditadura militar e o da tradição autoritária no Brasil, e pode servir como apoio pedagógico a discussões que se desdobrem, por exemplo, em sala de aula. Nos debates, os coordenadores, todos historiadores, eram então chamados a moderar a discussão, a instigá-la, provocá-la, a valorizar a pluralidade e a diversidade dos participantes, a servirem como curadores da discussão.

Conjuntamente, os debates das semanas 18 e 19, intituladas “Mitos da Ditadura: usos políticos do passado”, foi capaz de se transformar em um arquivo em si mesmo. No conjunto dos dezesseis vídeos realizados nestas semanas, tem-se um amplo mapeamento da historiografia brasileira sobre o período, congregando os principais tópicos e um grande número de pesquisadores, originários de diversos estados do país. Estes são convidados a articular suas pesquisas históricas ao tempo presente, a ouvir e a dialogar com colegas - que, muitas vezes, não conhecem - e a pensar conjuntamente. Ativa-se, neste sentido, uma forma narrativa que poderíamos vincular de certa forma à retórica clássica, quando ligada à história³, e que revela-se um grande desafio para historiadores e outros pesquisadores universitários contemporâneos.

Já na articulação entre passado e presente, no que toca a história da ditadura militar brasileira, cumpre evocar um conceito que nos ajuda a pensar neste material de um ponto de vista mais didático: a definição de “passado prático”, revisitada pelo historiador estadunidense Hayden White, e hoje bastante utilizada em reflexões sobre a História do Tempo Presente. White, crítico veemente de uma visão idealizada da historiografia como

³ Sobre a narrativa histórica e sua evolução em relação à retórica, ver o capítulo 3 do livro *A História* (François Dosse, São Paulo, Unesp, 2012), além do livro de Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-century Europe*, John Hopkins, 1973.

neutra e proprietária exclusiva da verdade, escreve o artigo “The Pratical Past” na revista *Historien* em 2010 e lança livro homônimo em 2014.

O ponto de partida para a definição são as narrativas sobre o Holocausto, tema dos mais sujeitos a narrativas científicas e ficcionais, principalmente em contexto europeu e estadunidense. Para White, há um esforço generalizado em torno desta temática de modo a se chegar a um acordo com o passado, envolvendo “a descoberta de tudo aquilo que havia sido ignorado, suprimido, reprimido ou escondido da vista de nações, classes e raças (...) ele [o esforço] também implicou a necessidade de se pensar uma vez mais sobre a utilidade, o patrimônio ou o valor, as vantagens e as desvantagens, dos tipos de conhecimento do passado produzidos pelos novos quadros de historiadores profissionais...” (White, 2010: 13).

Assim também poderíamos voltar a o que escreveu o historiador Valdei Lopes de Araújo em 2017, em relação à ditadura militar: “o papel da historiografia não se encerraria no estabelecimento de uma verdade factual, mas passaria pela compreensão dos modos de funcionamento dessas complexas comunidades que articulam memórias em rede (Araújo, 2017: 200). Araujo refere-se a comunidades de memórias as mais diversas que passaram a se pronunciar em relação à temática da ditadura militar, muitas vezes incorrendo em negacionistas e revisionismos.

A experiência desenvolvida em torno do HQ ensinou que a repetição de falas em formato acadêmico tradicional, univocal, próximo à escrita, com muitos dados, referências e fontes, tornaram-se menos interessantes no meio digital do que o lugar dado ao improviso com qualidade e densidade, e ao diálogo com argumentação bem embasada. O fato de ter convidado escritores, artistas, pesquisadores, ativistas, jornalistas para discutir a ditadura militar traz para o público narrativas diversas sobre o mesmo passado e a busca de uma utilidade para este tipo de conhecimento.

Uma última lição a tirar, neste sentido, e que, infelizmente, não pôde ser contemplada pelo projeto, foi a necessidade de trabalhar com grupos heterogêneos que produzem memórias sobre a ditadura militar, e não só com o campo universitário estabelecido, ou com aqueles que partilham a mesma visão crítica sobre este passado. Ainda que a maior parte dos comentários sobre os vídeos no Facebook fossem positivos, críticas agressivas também apareceram em vários dos programas dedicados à temática da ditadura e perdeu-se a oportunidade de dialogar com estes sujeitos que insistem em valorizar o período, em negar a existência de uma ditadura, em elogiar ditadores e torturadores.

Incorporar estes comentários à discussão seria mais uma forma de colocar em jogo as diferenças entre memória e história, de problematizar o relativismo e o negacionismo, de

refletir sobre o passado prático, além de ser um modo concreto de lidar com certas destas memórias em rede apontadas por Araújo. Talvez a sala de aula, neste sentido, seja um ótimo espaço para, partindo de um dos vídeos do HQ, problematizar visões heterogêneas a ele.

B) Feminismos e estudos de gênero

Para além dos usos do passado relativos à ditadura militar, outra temática polêmica envolvendo o Estado e a sociedade brasileira contemporânea foi problematizada pelo HQ: os feminismos e os estudos de gênero no Brasil. Se, de um lado, o movimento feminista apresenta cada vez mais expoentes midiáticas, como Djamila Ribeiro, Márcia Tiburi, entre outras, declarações misóginas e que tendem a reforçar a hierarquia de gênero baseada no sexo é uma das tônicas do governo federal, especialmente propugnada pela ministra e pelo ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A décima primeira semana do HQ foi inteiramente dedicada a esta discussão e pode ser complementada por dois vídeos lançados em outras semanas: o debate entre Djamila Ribeiro e Maboula Soumahoro, professora universitária e militante do movimento negro francês, publicado na semana dedicada às questões raciais; e a entrevista com Bonnie Smith, professora catedrática da Rutgers University, Estados Unidos, especialista dos estudos de gênero em torno da história da historiografia ocidental, publicada na última semana do HQ.

Conceitos próprios à crítica feminista, como a interseccionalidade, foram fundamentais na própria organização da semana, guiando a escolha das e dos participantes e das subtemáticas da semana. Ganhando popularidade acadêmica a partir de 2001 por conta da Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul, o conceito foi cunhado internacionalmente pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, ainda que reflexões similares possam ser encontradas já no trabalho de feministas brasileiras da década de 1980, como Lélia González. O conceito trata da “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, e “é uma maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder” (Akotirene, 2019 : 14), o que num país desigual, como o Brasil, serve como forte instrumento teórico-metodológico para o movimento feminista negro contemporâneo.

Em grande parte inspirados por esta discussão, os organizadores do HQ dividiram a semana 11 nas seguintes subtemáticas: “A invenção da ideologia de gênero”, “Violências de Gênero”, “Gênero e Política em tempos autoritários”, “Masculinidades e Feminilidades”, “Colonialidade e Gênero”, “Feminismo Decolonial”. Foram, ao todo, onze pessoas

convidadas, originárias de três países diferentes, distribuídas em duas lives, uma entrevista e três debates. Entre os inscritos na página a responderem o questionário, 20% escolheram a temática como uma das mais importantes de todo o programa.

Diferentemente das semanas dedicadas à ditadura e autoritarismo no Brasil, a semana sobre feminismos e estudos de gênero privilegiou a participação de convidados estrangeiros em diálogo com os nacionais e a escolha de subtemáticas polêmicas. No debate “A invenção da ideologia de gênero”, por exemplo, participaram Jean Wyllys, ex-deputado federal em exílio voluntário nos Estados Unidos após inúmeras ameaças de morte, e Fabio Feltrin, professor universitário, criticado publicamente pelo antigo ministro da Educação, Abraham Weintraub, por conta de disciplina de gênero ministrada por ele na universidade.

O foco na perspectiva decolonial também é de se destacar, pois, além de evocar corajosamente um conceito de desobediência epistêmica, o HQ registrou uma das últimas aparições públicas da filósofa argentina radicada nos Estados Unidos, Maria Lugones, uma das maiores referências na área, antes de seu falecimento cinco semanas mais tarde.

Lugones dialoga diretamente com Ângela Figueiredo, professora brasileira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, também especialista no tema. Ambas trazem perspectivas vanguardistas, não só sobre o feminismo, mas na crítica às ciências humanas tal como a praticamos hoje. As autoras destacam, por exemplo, a importância de se pensar novas epistemologias e de se considerar o conhecimento produzido no interior de comunidades específicas como igualmente formador de realidade e identidade.

Do ponto de vista pedagógico, a semana dedicada aos feminismos e estudos de gênero torna-se uma importante cartografia dos debates nacionais e internacionais atuais, podendo ser utilizada em sala de aula, seja no nível do Ensino Médio ou no do Ensino Superior. Através dela, tem-se a oportunidade de acessar o discurso de pesquisadoras e pesquisadores estrangeiros, em inglês, francês e espanhol, traduzidas em português pela equipe do HQ. Além disso, o formato é mais acessível, não se limitando a longas palestras acadêmicas, mas a debates e entrevistas que privilegiam a espontaneidade e o diálogo.

Talvez uma das lições mais preciosas do programa HQ tenha sido, de fato, a reflexão sobre importantes temas do contexto brasileiro a partir de uma perspectiva global, inserindo o país como igual nas discussões de vanguarda no exterior. A ampliação das perspectivas de pesquisa e de ensino neste sentido, podem auxiliar as alunas e os alunos, em diferentes níveis educacionais, a estabelecerem relações e comparações com outros contextos e países, ajudando a refletir criticamente sobre a sua própria realidade.

II. Lições a tirar de um projeto coletivo: interações, criações e melhorias pedagógicas

Em seguida, abordaremos outras dimensões fundamentais dos mecanismos que orientaram e dirigiram o “História em Quarentena” durante as 20 semanas do projeto. Mais relacionadas às intenções pedagógicas e didáticas centradas na luta contra o isolamento, contra a ruptura dos laços de sociabilidade e as fraturas impostas às práticas de ensino e aprendizagem, estas dimensões reafirmam a importância capital da existência e afirmação de espaços democráticos e inclusivos para a transmissão dos conhecimentos, assim como para as trocas de reflexões e práticas críticas emancipatórias.

A) Evoluções internas e retorno do público

Este projeto de história pública e ensino remoto, inicialmente caracterizado por sua originalidade e espontaneidade, não foi feito sem tensões ou desentendimentos. A intensidade da programação contínua, a diversidade dos conteúdos, as dificuldades de comunicação interna entre os organizadores, o cansaço levaram a algumas divergências, que foi necessário resolver para prosseguir.

O ritmo das semanas corridas exigiu um trabalho importante de coordenação, de contatos, de organização das sessões, que acabou prejudicando a capacidade de dialogar e continuar construindo o projeto de forma coletiva e democrática. Os processos de tomada de decisão tiveram que ser repensados, quando algumas semanas organizadas em torno de interesses individuais perderam levemente a perspectiva maior de um projeto, antes de tudo, coletivo.

A autocrítica, fundamental no decorrer de qualquer processo pedagógico, teve lugar de destaque nas reuniões entre os organizadores para reforçar a cultura democrática, tão importante no contexto atual e na elaboração de uma proposta pedagógica inovadora e inclusiva. Sendo assim, foram estabelecidas algumas regras para fortalecer o andamento plural e o debate de ideias, sempre no objetivo de melhorar as propostas didáticas. Por exemplo, foi decidido que tudo devia ser escolhido dentro de um processo deliberatório, inclusive a escolha das temáticas semanais, para afastar o projeto de interesses individuais e preferências arbitrárias.

Da mesma forma que o HQ procurava, de forma humilde e dentro de suas possibilidades, proporcionar fragmentos de realização, de autonomia e reflexões

emancipatórias aos participantes e ao público, esta dinâmica também tinha que estar presente entre os organizadores.

A coordenação das semanas foi alternada, para que cada um(a) tivesse a possibilidade e a oportunidade de propor temas, organizar eventos, solicitar redes e contatos, sempre pensando numa repartição igualitária das tarefas entre os membros do grupo⁴. As reflexões e trocas de ideias de forma regular deram frutos, pois a organização coletiva do trabalho se desenvolveu numa direção mais fluida, mas confiante e experiente.

Algumas ferramentas eficientes foram utilizadas para melhorar os mecanismos de trabalho, assim como as trocas com o público. Neste sentido, os programas ao vivo, transmitidos na página Facebook do projeto, permitiram ouvir, ler, assimilar e levar em consideração as reações, as perguntas e os comentários das pessoas que assistiram às conversas e apresentações. Assim como nos lembra o conceito de editorialização anteriormente evocado, o conteúdo nas plataformas digitais está em permanente mudança, sendo alterado por estas intervenções contínuas.

Uma das preocupações das organizadoras e dos organizadores deu-se, de fato, em torno da incorporação das críticas realizadas ao longo das semanas. Comentários sobre a diversidade de gênero, por exemplo, foram fundamentais para a escolha das convidadas e convidados do programa, que se tornou cada vez menos desigual ao longo das semanas. Da mesma forma, críticas relativas ao predomínio de participantes da região Sudeste fizeram com que os organizadores buscassem pesquisadores de todas as regiões do Brasil.

O projeto foi construído em torno de considerações inspiradas pela pedagogia freireana, incentivando posturas críticas em ambos os lados das telas. Na introdução de seu livro *Ação cultural para a liberdade*, o pedagogo evoca a importância da elaboração de bibliografias nos processos pedagógicos e de aprendizagem:

Toda bibliografia deve refletir uma intenção fundamental de quem a elabora: a de atender ou a de despertar o desejo de aprofundar conhecimentos naqueles ou naquelas a quem é proposta. Se falta, nos que a recebem, o ânimo de usá-la, ou se a bibliografia, em si mesma, não é capaz de desafiá-los, se frustra, então, a intenção fundamental referida. [...]

Esta intenção fundamental de quem faz a bibliografia lhe exige um triplo respeito: a quem ela se dirige, aos autores citados e a si mesmos. Uma relação bibliográfica não pode ser uma simples cópia de títulos, feita ao acaso, ou por ouvir dizer. Quem a sugere deve saber o que está sugerindo e por que o faz. Quem a recebe, por sua vez, deve ter nela, não uma prescrição

⁴ Para se ter uma ideia, as seguintes tarefas deveriam ser repartidas a cada semana: estabelecimento da lista de convidados(as), contato com os(as) convidados(as), agendamento das diversas atividades com cada convidado, monitoramento das lives ao vivo, gravação do(s) debate(s), agendamento da difusão dos conteúdos gravados nas diferentes plataformas, preparação da divulgação, anúncios e propaganda nos diferentes veículos, extração posterior do som para o podcast, gravação da apresentação individual para podcast, mixagem, inserção do conteúdo no site, distribuição de certificados de participação, resposta a comentários no Facebook etc.

dogmática de leituras, mas um desafio. Desafio que se fará mais concreto na medida em que comece a estudar os livros citados e não a lê-los por alto, como se os folheasse, apenas. Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a (Freire, 1979 : 09)

Aplicadas à elaboração e ao desenvolvimento do projeto História em Quarentena, estas reflexões lançam luz sobre a importância de uma responsabilidade multidirecional, ou pelo menos de duplo sentido, a fim de evitar a construção de mecanismos bancários e de incentivar o simples consumo de informações.

Com o objetivo de alimentar e fortalecer suas próprias percepções críticas e incentivar o público a fazer o mesmo, pareceu fundamental aos organizadores permitir a formulação e depois refletir sobre a incorporação de trocas, críticas e sugestões ao projeto. Considerando que “a atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade, da existência (Idem : 10)”, e considerando a extrema importância desta atitude crítica no contexto da pandemia e do contexto contemporâneo brasileiro, frente à gestão desastrosa da situação sanitária pelas autoridades do país, o HQ se esforçou para constituir perspectivas e mecanismos de trabalho, assim como propostas pedagógicas pragmáticas e inovadoras em resposta ao momento histórico vivido.

B) Pedagogias populares e sentimento de coletividade: novos desafios e remédios contra o afastamento físico ?

Como acima mencionado, o projeto “História em Quarentena” surgiu das iniciativas e trajetórias de um grupo de historiadoras e historiadores e foi pensado no âmbito da abertura dos espaços privados confinados, para conservar as sociabilidades, a convivência, as trocas impedidas pelo afastamento. O uso de ferramentas digitais foi usado como um recurso possível para compensar estes vazios e divulgar reflexões diversas como resposta à crise sanitária e política, e evitar perdas em termos de coletividade.

Como mostrou em 2018 o sociólogo francês Lionel Arnaud (2018) no artigo “Une éducation populaire 2.0?”, as tecnologias digitais e as ferramentas de comunicação representam novos e diversos desafios para a educação popular, além das problemáticas relacionadas à História pública, analisadas precedentemente.

Além da aparente democratização do acesso a conhecimentos e práticas culturais, e das possibilidades de participação livre de cada um(a) na elaboração, enriquecimento e

divulgação, Lionel Arnaud tenta avaliar as condições reais da emancipação de uma educação popular digital permitindo a aprendizagem e a reinvenção individual e coletiva:

O advento de novas tecnologias e, com elas, de uma nova relação com o trabalho e o lazer parece, assim, dar-lhe hoje um novo fôlego ao (re)inventar "novas" formas de transmissão via a "capacitação cidadã" e o estabelecimento de múltiplos espaços de iniciativas, virtuais ou reais, que promovam a transmissão e o compartilhamento do conhecimento. Iniciativas e ferramentas que, além do fascínio pelas inovações tecnológicas que manifestam, questionam de modo renovador o papel e as missões da educação popular. Portanto, em vez de se concentrar em quadros institucionais que necessariamente tendem a se apropriar, circunscrever e assim limitar seu significado e funções, o que importa é lembrar as questões históricas e sociológicas em jogo em um contexto onde a relação com a cultura e o conhecimento está passando por profundas mudanças⁵ (Arnaud, 2018 : 52).

O conceito de educação popular tem origem no início do século XX ocidental, intrinsecamente ligado à emergência do tempo livre no cotidiano da classe trabalhadora, que conquistou direitos sociais e possibilidades de aceder ao lazer. Assim, este tempo livre possibilitou a emergência de atividades não ligadas ao trabalho ou às necessidades práticas mais urgentes, e de ações culturais e educativas em paralelo das atividades do estado e da educação escolar.

Avançando para o início do século XXI e o atual contexto pandêmico, a emergência, para muitas pessoas, de um aparente tempo livre, ligado às necessidades de afastamento físico e do trabalho a distância, ou da ausência de trabalho, tornou ainda maiores os desafios enfrentados por propostas educativas e culturais inovadoras, tais como o “História em Quarentena”.

Ocupar o espaço das novas redes sociais e usar as ferramentas digitais para a divulgação de conhecimentos científicos, de debates historiográficos, de questões culturais e comportamentais, significou ter que trilhar um caminho entre temporalidades múltiplas, ligadas ao lazer, ao consumo, ao trabalho e, ao mesmo tempo, enfrentar várias dificuldades técnicas e filosóficas.

Lutar contra o espírito de performance e competição imposto pelo mundo acadêmico, tecer vínculos fora da zona de conforto intelectual, questionar as próprias certezas e confrontar visões distintas, recusar o individualismo e o consumo de informações unicamente

⁵ Tradução nossa. “L’avènement des nouvelles technologies et, avec elles, d’un nouveau rapport au travail et aux loisirs semble ainsi lui donner un nouveau souffle aujourd’hui en (re)inventant de « nouvelles » formes de transmission *via* la « capacitation citoyenne » et la mise en place de multiples espaces d’initiatives, virtuels ou réels, qui favorisent la transmission et le partage des savoirs. Des initiatives et des outils qui, au-delà de la fascination pour les innovations technologiques qu’ils manifestent, interrogent à nouveaux frais le rôle et les missions de l’éducation populaire. Dès lors, et plutôt que de se concentrer sur des cadres institutionnels qui tendent nécessairement à s’approprier, circonscrire et donc limiter son sens et ses fonctions, il importe d’en rappeler les enjeux historiques et sociologiques dans un contexte où le rapport à la culture et aux savoirs est en plein bouleversement”.

dentro de bolhas virtuais, trabalhar coletivamente, enfrentar críticas explícitas nas redes etc. foram alguns dos vários desafios do projeto.

A questão do acesso às tecnologias foi um dos eixos centrais das preocupações materiais no decorrer do projeto. Primeiramente, por parte dos organizadores, alguns problemas ligados aos dispositivos de gravação, à qualidade audiovisual dos encontros e conteúdos assim como à organização dos espaços foram colocados. Foram enfrentadas também dificuldades relacionadas às estruturas de conectividade e imprevistos, como cortes no meio de programas.

Apesar da prática, da preparação e do treino, o projeto teve que contar com iniciativas improvisadas, surgindo da criatividade de cada um, para compensar algumas falhas e assegurar a continuidade da proposta. Por outro lado, a falta de conhecimentos técnicos de muitos participantes e convidados exigiram um trabalho pedagógico e uma busca de transmissão de conteúdos básicos, a fim de garantir o bom funcionamento das conversas gravadas e dos programas ao vivo.

Foi estabelecido, assim, um tipo de “descritivo” com conselhos e dicas para o manuseio das ferramentas como, por exemplo, o Facebook Live, que incentivou alguns convidados pesquisadores a participar posteriormente de outras atividades online organizadas por estruturas diferentes. Infelizmente, algumas participações foram seriamente atrasadas ou mesmo canceladas de última hora, justamente por causa da insegurança frente às ferramentas digitais. Este lado material e técnico está longe de ser meramente anedótico. Na verdade, ele é fundamental na realização de um projeto em história pública digital e deve ser levado em consideração, antecipado e cuidadosamente preparado. Por fim, é essencial ter em mente as desigualdades gritantes entre as diferentes condições materiais dos participantes e do público, em termos de acesso a uma boa conexão, de disposição do espaço de trabalho e de dificuldades domésticas diversas no contexto de isolamento.

Ainda, durante a última semana do projeto, ironicamente chamada “E a pandemia não acabou”, vários programas foram ao ar pelas redes sociais. Os organizadores não se limitaram a uma temática transversal, muito pelo contrário: abordaram vários assuntos diferentes e importantes de serem tratados antes do encerramento, dentro dos quais o ensino de história de um lado, e a pedagogia e a educação popular de outro, ocuparam um lugar de destaque.

Todos os conteúdos estão acessíveis a partir do site <https://www.historiaemquarentena.com/>, na página inicial pensada e construída com uma estrutura de linha de tempo. O debate sobre ensino de história no ensino básico, mediado pelo historiador e coorganizador do HQ, Paulo César Gomes, juntou César Tovar e Graciella

Fabrizio, professores do ensino básico no Rio de Janeiro, e Manuela Arruda, do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). A conversa trouxe à tona perguntas fundamentais ligadas à relação do ensino de história com a atualidade brasileira, aos desafios enfrentados pelos educadores nas salas de aulas, ao fato de lidar com alunos muito conectados e acostumados ao uso da internet e das redes sociais, à solidão e ao cansaço dos professores, às posturas frente aos alunos, mas também aos preconceitos com relação ao ensino básico por parte da academia e às capacidades de produção de conhecimentos históricos nas salas de aulas.

Dentro do HQ, projeto amplamente dominado por universitários, presentes tanto na coordenação quanto entre os participantes, sempre foram criadas conexões com os professores do ensino básico para tratar de pedagogia e conteúdos didáticos nas mais diversas escalas.

Finalmente, o penúltimo programa divulgado no âmbito da semana 20 foi uma mesa redonda que abordou as questões da pedagogia e da transmissão de conhecimentos, valores e saberes no seio de uma arte e manifestação cultural negra, historicamente enraizada na tradição oral e na luta contra a discriminação, a Capoeira Angola. Moderada pelo servidor público e Contra-Mestre Marcelo Coqueiro, do Coletivo Ngoma Capoeira Angola, e pela historiadora, capoeirista, e co-organizadora do HQ, Mélanie Toulhoat, o debate juntou na mesa virtual três Mestres e uma Mestre de Capoeira Angola : Mestre Dandara (Capoeira Angola Canzuá), Mestre Reginaldo Véio (Grupo Lenço de Seda), Mestre Zelão (Escola Mutungo de Capoeira Angola) e Mestre Anastácio Marrom (Coletivo Ngoma Capoeira Angola).

Desde o início do projeto, sempre pareceu indispensável aos organizadores do projeto refletir sobre os métodos e as práticas pedagógicas existentes fora da estrutura escolar clássica, com foco na educação popular e no meio cultural. Este debate foi uma oportunidade particularmente interessante para questionar a definição, o lugar e o papel do Mestre ou da Mestre, do professor ou da professora, assim como a constituição de uma relação muito específica com os alunos. Oralidade, observação, paciência, empatia, escuta, humildade, diálogo foram identificados como condições constitutivas de uma educação emancipatória e acolhedora, mesmo que à distância, moldada na cultura e nas raízes africanas da sociedade brasileira.

Considerações finais

Procuramos, no presente artigo, propor um relato crítico da experiência do projeto “História em Quarentena”, com reflexões teóricas e retornos práticos sobre as especificidades

do ato de ensinar e divulgar conhecimentos e conteúdos pelas ferramentas digitais, no contexto de afastamento e isolamento característicos da crise pandêmica de 2020 e focando na experiência da prática histórica e didática. Sendo estas não necessariamente desempenhadas somente pelo(a) historiador(a).

Tratou-se de entender como o ensino e as propostas pedagógicas puderam ser adaptados às situações adversas, quais dificuldades surgiram ou foram acentuadas em vários aspectos dos mecanismos de aprendizagem, tanto quanto aos palestrantes, participantes, organizadores, como quanto ao público. As experiências múltiplas do “História em Quarentena” configuraram, fundamentalmente, ensinamentos coletivos e trocas de saberes. Elas confirmam que, além dos conteúdos divulgados - de alta qualidade intelectual e reflexiva -, a convivência, a possibilidade de trocas e debates e a elaboração de ideias em conjunto são condições *sine qua none* para lograr o objetivo de estar juntos *vivendo e aprendendo*, numa sala de aula virtual e internacional.

Referências Bibliográficas

1. AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2018.
2. ARNAUD, Lionel. “Une éducation populaire 2.0 ?”. *Nectart*, nº7, 2018, p. 50-57.
3. BYUNG Chul-Han. *No exame: perspectivas do digital*. São Paulo: Vozes, 2018.
4. FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (4a edição).
5. GUYOT, Brigitte. “Sciences de l’information et activité professionnelle. Information, Science and Organization”. *Hermès, la revue*, n. 38, 2004, p. 38-45.
6. VALDEI ARAUJO. "O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída". In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.
7. WHITE, Hayden. “O passado prático”. *Artcultura*, 20(37), 09 - 19.

